

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS **05/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO **09/2026**

PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC – UASG **Nº 456782**

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO E CONFECÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS, DESTINADOS À DIVULGAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS, EVENTOS E AÇÕES REALIZADAS PELA FUNDETEC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 26.835,00 (vinte e seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/03/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM.

Para a presente licitação a contratação será preferencial para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na Região Metropolitana de Cascavel, nos termos da Lei Complementar 112/2020 e do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e do § 1º do art. 33 da Lei Complementar n.º 63, de 2009, com redação do art. 4º da lei 112/2020.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	23
APÊNDICE DO ANEXO I –ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	40
ANEXO I-B – MAPA COMPARATIVO	48
ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	49

PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026
(Processo Administrativo nº 09/2026)

Torna-se público que o PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC - sediado na BR 277, Km 573 - CEP 85818-560 - Cascavel – PR, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

IMPORTANTE:

O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET**.

- **Data da Sessão: 24 de março de 2026.**
- **Horário: 09h00min.**
- **Local: www.gov.br/compras – UASG N.º 456782**

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Matheus Adilson de Marchi Assunto: Pregão Eletrônico N.º 05/2026 E-mails: compras@fundetec.org.br Telefone: (45) 3218-1236 ou (45) 3218-1220	AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A): Matheus Adilson de Marchi Portaria nº 04 de 22 de janeiro de 2024. E-mails: compras@fundetec.org.br Telefone: (45) 3218-1236 ou (45) 3218-1220
---	--

No **site da FUNDETEC** (<https://www.fundetec.org.br>) serão disponibilizados os avisos, comunicados e esclarecimentos referentes à licitação, competindo aos interessados acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento e manterem-se atualizados sobre as informações porventura divulgadas.

1 DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos de impressão e confecção de materiais institucionais, destinados à divulgação de projetos, programas, eventos e ações realizados pela Fundetec.** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O valor máximo desta licitação é de **R\$ 26.835,00(vinte e seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais)**.

1.4. As despesas provenientes deste processo correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Código Reduzido:	1059
Funcional Programática:	17119122442108
Órgão:	17
Unidade:	1

Ação:	2108
Vínculo:	1/77
Subelemento:	33390396302 – Impressos para divulgação de serviços, obras e campanhas
Recurso:	Recurso do Tesouro (Descentralizados)

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Para a presente licitação a contratação será preferencial para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na Região Metropolitana de Cascavel, nos termos da Lei Complementar 112/2020 e do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e do § 1º do art. 33 da Lei Complementar n.º 63, de 2009, com redação do art. 4º da lei 112/2020.

3.5.1 Os 23 (vinte e três) municípios que integram a Região Metropolitana de Cascavel, conforme art. 1º, *caput*, da Lei Complementar n.º 186, de 13 de janeiro de 2015, são: Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Jesuítas, Iracema do Oeste, Nova Aurora, Anahy, Iguatu, Cafelândia, Campo Bonito, Catanduvas, Céu Azul, Ibema, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Corbélia, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.

3.6 A obtenção do benefício a que se refere o item 3.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para

o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades

de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1** e 8.12.1 deste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 4.5** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou

entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Fundetec ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item, expresso em moeda corrente nacional, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo expressamente proibido propostas com valores zerados ou negativos;

5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.1.3 Marca;

5.1.4 Fabricante;

5.1.5 Quantidade;

5.1.5.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Fundetec por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,02 (dois centavos)**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2 empresas brasileiras;

6.21.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Fundetec.

6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5 É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>; e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 e 4.6 deste edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1 conter vícios insanáveis;
- 7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3 **apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;**
- 7.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Fundetec;
- 7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Fundetec.

7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- 7.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Fundetec, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 **A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12 A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Fundetec.

9.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.fundetec.org.br>.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fundetec;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 fraudar a licitação

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

- 12.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 12.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fundetec, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, e serão considerados tempestivos quando recebidos até às 16h30min do terceiro dia útil anterior à data fixada para realização da sessão pública, exclusivamente mediante solicitação por escrito, enviada por meio de mensagem eletrônica (e-mail) dirigida aos endereços: compras@fundetec.org.br ou fundetec@fundetec.org.br.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site da FUNDETEC (<https://www.fundetec.org.br>), no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET (www.gov.br/compras) e também poderá ser obtido no Setor de Compras, BR 277, Km 573 – Fone (45) 3218-1220 - Cx Postal 120 - CEP 85818-560 - Cascavel – PR. E-mails: compras@fundetec.org.br e fundetec@fundetec.org.br, horário de consulta: das 8h às 13h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

14.11.1.1 APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.11.1.2 ANEXO I-B – MAPA COMPARATIVO

14.11.2 ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cascavel, 03 de março de 2026.



Thiago Guerra
Presidente da FUNDETEC

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



MUNICÍPIO DE CASCADEL

PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 03/2026)



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos de impressão e confecção de materiais institucionais, destinados à divulgação de projetos, programas, eventos e ações realizadas pela FUNDETEC
- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, mas como um bem de qualidade comum, conforme Decreto nº 17.634 de 27 de junho de 2023.
- 1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, conforme art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nas hipóteses previstas em lei.
- 1.3. O serviço prestado será de natureza não continuada e serão demandados de forma eventual, de acordo com a necessidade administrativa e eventos da FUNDETEC.
- 1.4. O regime de execução contratual será **empreitada por preço unitário**, com fornecimento sob demanda, mediante emissão de empenho autorizando o fornecimento.
- 1.5. O critério de julgamento das propostas será **menor preço global por lote**.
- 1.5.1. Optou-se pelo **não parcelamento** do objeto licitado em razão da natureza integrada do serviço, que envolve fornecimento de diferentes tipos de materiais gráficos dentro de um mesmo escopo e com padrões de qualidade e prazos uniformes. A execução do lote 1, por mais de uma empresa poderia comprometer a padronização visual, gerar incompatibilidade técnica entre impressões e dificultar o controle de qualidade. O item do lote 2, conforme pesquisas de mercado, geralmente não são realizados pelas empresas dos lote 1.
- 1.5.2. Além disso, a contratação única traz benefícios como:
 - 1.5.2.1. Padronização cromática e de acabamento entre todos os materiais, preservando a identidade visual da FUNDETEC e da Estação da Inovação Hub One;
 - 1.5.2.2. Centralização logística, evitando múltiplas entregas e controles paralelos;
 - 1.5.2.3. Otimização de prazos, garantindo que peças de um mesmo evento sejam produzidas e entregues conjuntamente;
 - 1.5.2.4. Racionalização administrativa, reduzindo a quantidade de contratos, empenhos e processos de fiscalização.
- 1.6. Considera-se que a divisão em itens independentes poderia elevar os custos pela perda de escala de produção e pelo aumento da complexidade operacional, contrariando o princípio da economicidade previsto no art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7. Por fim, ressalta-se que o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 prevê que o parcelamento é obrigatório apenas quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o que não se verifica.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo do Termo de Referência para Obras e Serviços exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133 de 2021
Aprovado pela Secretária de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretária de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



no presente caso.

1.8. O Objeto desta contratação se enquadra no Catálogo de Padronização de Descrição de Material, do Governo Federal – Compras gov.

1.8.1. Item 01: CATMAT: 622651 – PDM: 133927

1.8.2. Item 02: CATMAT: 630707 – PDM: 8305

1.8.3. Item 03: CATMAT: 625181 – PDM: 8305

1.8.4. Item 04: CATMAT: 625181 – PDM: 8305

1.8.5. Item 05: CATMAT: 630673 – PDM: 8305

1.8.6. Item 06: CATMAT: 483924 – PDM 4959

1.8.7. Item 07 e 08: CATMAT: 311599 – PDM: 6588

1.8.8. Item 09: CATMAT: 630992 – PDM: 8305

1.9. O objeto da contratação está previsto na LOA e PPA desta Fundação.

1.10. Itens de contratação:

LOTE 1

Item	Qnt	U.M	Descrição	CATMAT / CATSER	Mediana Unitária	Máxima Total
1	2500	UND	Pasta com brasão e layout a definir, com bolsa interna, impressão 4x0 cor, confeccionada em papel triplex 300g, medindo em formato aberto 46,8x31cm	622651	R\$ 1,30	R\$ 3.250,00
2	500	UND	Pasta para processo, confeccionada em papel triplex 250g, com 2 a 3 vincos + furação para grampos, laminação brilho, impressão 4x0 layout, a definir Medindo 328 X 510MM	630707	R\$ 2,19	R\$ 1.095,00
3	1000	UND	Impressão tipo catálogo/cartilha, em papel couchê brilho, gramatura 150g, medindo em formato fechado 150x210mm, impressão capa e miolo: 4x4, acabamento com dobra ao meio e dois grampos, contendo até 16 páginas.	625181	R\$ 2,21	R\$ 2.210,00
4	10000	UND	Panfleto com impressão frente e verso, 4x4 cores, em papel couchê, medindo 14,8 x 21 cm, gramatura mínima de 90g, com layout a definir	625181	R\$ 0,38	R\$ 3.800,00
5	5000	UND	Folder confeccionado em papel couchê, gramatura de 115g, com 2 dobras, impressão 4x4, formato aberto medindo 297x210mm, layout a definir	630673	R\$ 0,50	R\$ 2.500,00
6	2000	UND	Cartaz A3 impresso em papel couchê, brilho, gramatura mínima de 115g, cores 4x0.	483924	R\$ 3,90	R\$ 7.800,00
7	1000	UND	Envelopes saco em papel sulfite gramatura mínima de 90g, medindo 23x16,5 cm 4x0 cores, com layout a definir	311599	R\$ 0,80	R\$ 800,00
8	1000	UND	Envelope saco em papel sulfite gramatura mínima de 90g, medindo 24x34cm cm, 4x0 cores, com layout a definir	311599	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00

LOTE 2

1	100	UND	Impressão digital de alta qualidade, frente e verso, colorida, resolução mínima da impressão 600dpi, papel couchê gramatura mínima de 150g, com laminação	630992	41,80	4.180,00
---	-----	-----	---	--------	-------	----------

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: ABR/2025



MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**



			fosca em cada página, grampeado, tamanho A4, com ate 16 páginas de miolo, na capa e contracapa utilizar papel paranã ou similar, envelopado, encadernado em capa dura.			
--	--	--	---	--	--	--

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O A FUNDETEC, em sua atuação voltada à promoção da inovação, empreendedorismo e difusão tecnológica, necessita de materiais gráficos padronizados e de qualidade para divulgação de suas atividades junto à comunidade, empresas parceiras, instituições de ensino e órgãos públicos.
- 2.2 Os materiais impressos são um importante instrumento de comunicação institucional, auxiliando na divulgação de serviços, editais, programas e eventos, bem como no fortalecimento da identidade visual da Fundação
- 2.3 A opção pelo Registro de Preços se justifica pela demanda contínua e variável ao longo do exercício, viabilizando contratações conforme a necessidade e disponibilidade orçamentaria, de forma mais ágil e econômica.
- 2.4 A Fundetec será responsável pela criação e fornecimento das artes gráficas de todos os materiais, cabendo à empresa contratada executar exclusivamente a impressão, seguindo fielmente as especificações técnicas fornecidas.
 - 2.4.1. Essa contratação busca:
 - 2.4.2 Padronização da comunicação institucional;
 - 2.4.3. Maior eficiência na divulgação de ações e programas,
 - 2.4.4. Redução de custos com a adoção do sistema de Registro de Preços;
 - 2.4.5. Atendimento ágil às demandas de impressão, evitando contratações fragmentadas.
- 2.5 Fundamentação e base legal:
 - 2.5.1 Baseadas na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
 - 2.5.2. Instrução Normativa nº 002/2023 – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR. Dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
 - 2.5.3. Instrução Normativa nº 005/2023 – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR. Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras.
 - 2.5.4. Instrução Normativa 006/2023 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras.
 - 2.5.5. O objeto da contratação está previsto no LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA –
LICITAÇÃO**



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.3. A atividade principal da licitante deverá estar consoante ao objeto da licitação e a contratada deverá ter capacidade técnica e operacional para execução do mesmo.

4.4. O presente processo deverá dar prioridade a microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na região metropolitana de Cascavel, pois, conforme disposto no Art. 35 da Lei Complementar 112, de 18 de junho de 2020: "deve-se dar prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, com o propósito e justificativa de:

4.4.1. O desenvolvimento econômico que produz variação positiva da capacidade produtiva da economia medida por variáveis do produto interno bruto, aliadas as variações positivas relacionado com a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e mudanças da estrutura socioeconômica do Município, medidas pela melhora dos indicadores sociais listados ao índice de desenvolvimento humano."

4.4.2. Materializar uma política pública onde o poder de compra governamental seja utilizado para gerar renda, emprego e melhor distribuir as riquezas no Município.

4.4.3. Materializar as atividades finalísticas do Município e dar retorno ao cidadão - contribuinte, oportunizando prover o Poder Público com suas demandas sem exportar recursos locais, promovendo a sustentabilidade econômica e social;

4.4.4. Priorizar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente aumentando a competitividade delas contribuindo para que possam suportar a elevação na concorrência proporcionada principalmente pelo comércio eletrônico, que na maioria das vezes incrementa a chamada evasão de recursos locais.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratação será via Registro de Preços por 12 meses;

5.2. Cabe a Fundetec confeccionar as artes visuais a serem impressas nos materiais.

5.3. Identificada a demanda a Fundetec irá emitir ordem de empenho e o fiscal entrará em contato com a contratada para enviar a arte, quantidade e itens a serem confeccionados.

5.4. A entrega deverá ser feita aos cuidados dos gestores e fiscais do contrato mencionados em portaria própria da secretaria anexa aos autos deste processo. Dúvidas sobre a execução, deverão ser tratadas diretamente com os mesmos, através do telefone (45) 3218-1220 ou (45)32181225 ou e-mail: fundetec@fundetec.org.br

5.5. A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias para entrega e execução dos itens solicitados, contados da data de recebimento do empenho:

Camara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços - Anexo TIC - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: ABR/2025



MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA –
LICITAÇÃO**



- 5.6. A Impressão com materiais e técnicas usuais do mercado, fornecendo um serviço de alta qualidade e atendendo as especificações mencionadas na descrição de cada item;
- 5.7. As solicitações serão realizadas conforme necessidade da Fundação, sob demanda, com entrega no endereço da FUNDETEC- Estação da Inovação Hub One, Avenida Brasil 8517 – CEP: 85807-030 - Bairro Coqueiral - Cascavel- Paraná – de segunda a sexta feira das 8h as 16h, ou em local designado pela Fundetec;
- 5.8. A contratada deverá prezar pela garantia de qualidade, resistência e fidelidade das cores, das artes enviadas para a confecção dos objetos;
- 5.9. Todo material deverá ser entregue em embalagens separadas caso sejam objetos distintos, com identificação da quantidade e conteúdo. Embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos, rasuras, rugas e qualquer outro intemperie que desabone a qualidade do serviço prestado
- 5.10. Em caso de erros, defeitos, falhas nas cores, ou qualquer outra avaria que comprometa a qualidade do serviço entregue, a Fundetec, pode no ato da entrega, devolver o objeto.

Condições de execução

- 5.11. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
- 5.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização ABR/2025



MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**



Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VII-B da IN nº 01/2018-SEPLAG;

- 5.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 5.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 5.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 5.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 5.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- 5.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC
TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA
LICITAÇÃO



- 5.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 6.1. A execução contratual será regida pela Ata de Registros de Preços, documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas; segundo normas estabelecidas na Lei 14.133/2021.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato/ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A entrega do objeto solicitado será aferida e avaliada quantitativamente e qualitativamente pelos fiscais, em acordo com os termos descritos neste Termo de Referência quanto à entrega dos produtos e serviços contratados.
- 6.7. Constatado qualquer desconformidade na entrega do objeto pela fiscalização, esta promoverá:
- 6.7.1. Quando entregue fora dos padrões acordados, o pedido de reparação/substituição dos serviços/itens em desacordo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 6.7.2. Quando entregue em prazo extemporâneo ao acordado, a notificação do contratado para que apresente suas razões, as quais serão avaliadas pela fiscalização sobre a aceitação ou não destas.
- 6.8. Ocorrendo quaisquer desconformidades, ficará o contratado sujeito a abertura de procedimento administrativo de apuração de infrações de acordo com as leis municipais de Cascavel e federais em vigor.
- 6.9. Os atores envolvidos na gestão e fiscalização estão elencados abaixo:



MUNICÍPIO DE CASCADEL

PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO



6.9.1. O gestor do contrato, que terá a função de coordenar às atividades relacionadas à fiscalização do contrato, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

6.9.2. O fiscal do contrato, que será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

6.9.3. A Contratante exercerá a fiscalização da execução dos serviços, registrando as desconformidades que forem identificadas, tendo como amparo o Edital de Licitação e o Termo de Referência, informando por meio de documento à Contratada, as irregularidades/desconformidades identificadas em relação ao objeto contratado, solicitando as providências de correção delas.

6.9.4. A comunicação entre as partes ocorrerá através de contato telefônico com o responsável indicado pela(s) empresa(s) prestadora(s) dos serviços, aplicativo de mensagens ou e-mail, indicando a Nota de Empenho a qual os serviços solicitados se referem.

Preposto

6.10. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.10.1. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.11.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133 de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: ABR/2025



MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC
TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



- 6.11.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.11.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.12.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas mencionadas na portaria própria de indicação de gestor e fiscal.

Gestor do Contrato

- 6.12.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços - Excelo TIC - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretária de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretária de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025

MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC
TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



- 6.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração
- 6.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1. não produzir os resultados acordados.
 - 7.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**



- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 7.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis
- 7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 quinze dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**



- 7.14. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.14.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.14.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas, e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização
- 7.14.3 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão
- 7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento
- 7.16 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.18 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 quinze dias úteis para fins de liquidação.
- 7.19 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133 de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização ABR/2025



MUNICÍPIO DE CASCVEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**



- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14 133/2021
- 7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante
- 7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos
- 7.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC
TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



- 7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice /NPC de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.29.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.29.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.30 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob regime de contratação REGISTRO DE PREÇOS sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.
- 8.2. O julgamento por lote visa a padronização cromática e de acabamento entre todos os materiais, preservando a identidade visual da FUNDETEC e da Estação da Inovação Hub One;
- 8.3. Centralização logística, evitando múltiplas entregas e controles paralelos;
- 8.4. Otimização de prazos, garantindo que peças de um mesmo evento sejam produzidas e entregues conjuntamente;
- 8.5 Racionalização administrativa, reduzindo a quantidade de contratos, empenhos e processos de fiscalização
- 8.6. Considera-se que a divisão em itens independentes poderia elevar os custos pela perda de escala de produção e pelo aumento da complexidade operacional, contrariando o princípio da economicidade previsto no art. 11, inciso II, da Lei nº 14 133/2021.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços - exceto TIC - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14 133 de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização ABR/2025

14

MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC
TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA –
LICITAÇÃO

- 8.7. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.
- 8.8. O presente processo deverá dar prioridade a microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na região metropolitana de Cascavel, pois, conforme disposto no Art. 35 da Lei Complementar 112, de 18 de junho de 2020, "deve-se dar prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, conforme descrito no item 4.

Exigências de habilitação

- 8.9. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.9.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.9.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.9.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.9.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.9.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.9.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.9.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971
- 8.9.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133 de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025



MUNICÍPIO DE CASCADEL
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



- 8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso:
- 8.10.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- 8.10.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.10.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.10.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.10.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.10.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/ Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.10.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.11. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples:
- 8.11.1. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.11.2. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor,
- 8.11.3. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133 de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: ABR/2025



MUNICÍPIO DE CASCADEL

PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC


TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA –
LICITAÇÃO



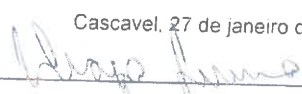
- 9.1. Os preços serão estimados conforme orientações da Instrução Normativa nº 002/2023 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR.
- 9.1.1. Os valores de referência foram obtidos por pesquisas realizadas no Painel Nacional de Compras Públicas, priorizando atas dos entes federativos.
- 9.1.2. Optamos pela mediana de valor dentre as memórias de cálculos realizadas, por estar mais compatível com o usual do mercado.
- 9.1.3. O valor estimado da contratação será de **R\$ 28.460,00** (vinte e oito mil quatrocentos e sessenta reais). Conforme custos unitários apostos no mapa comparativo em anexo

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Fundetec.
- 10.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento



Thayane Faccin
Administrativo - Matrícula: 25.259-1

Cascavel, 27 de janeiro de 2026


Thiago Guerra
Presidente da Fundetec

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO PRELIMINAR



1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do Processo: 09 /2026

Requisição ao Compras: 04 /2026

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos de impressão e confecção de materiais institucionais, destinados à divulgação de projetos, programas, eventos e ações realizadas pela FUNDETEC
- 2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, mas como um bem de qualidade comum, conforme Decreto nº 17.634 de 27 de junho de 2023.
- 2.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura, conforme art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nas hipóteses previstas em lei
- 2.4. O serviço prestado será de natureza não continuada e serão demandados de forma eventual, de acordo com a necessidade administrativa e eventos da FUNDETEC.
- 2.5. O regime de execução contratual será **empreitada por preço unitário**, com fornecimento sob demanda, mediante emissão de empenho autorizando o fornecimento
- 2.6. O critério de julgamento das propostas será **menor preço global por lote**, justificado no item 9 deste termo
- 2.7. O Objeto desta contratação se enquadra no Catálogo de Padronização de Descrição de Material, do Governo Federal – Compras gov.
 - 2.7.1. Item 01: CATMAT: 622651 – PDM: 133927
 - 2.7.2. Item 02: CATMAT: 630707 – PDM: 8305
 - 2.7.3. Item 03: CATMAT: 625181 – PDM: 8305
 - 2.7.4. Item 04: CATMAT: 625181 – PDM: 8305
 - 2.7.5. Item 05: CATMAT: 630673 – PDM: 8305
 - 2.7.6. Item 06: CATMAT: 483924 – PDM: 4959
 - 2.7.7. Item 07 e 08: CATMAT: 311599 – PDM: 6588
 - 2.7.8. Item 09: CATMAT: 630992 – PDM: 8305
- 2.8. O objeto da contratação está previsto na LOA e PPA desta Fundação.
- 2.9. Itens de contratação:

LOTE 1

Item	Qnt	U.M	Descrição	CATMAT / CATSER	Mediana Unitária	Máxima Total
1	2500	UND	Pasta com brasão e layout a definir, com bolsa interna, impressão 4x0 cor, confeccionada em papel triplex 300g, medindo em formato aberto 46,8x31cm	622651	R\$ 1,30	R\$ 3.250,00
2	500	UND	Pasta para processo, confeccionada em papel triplex 250g, com 2 a 3 vincos + furação para grampos,	630707	R\$ 2,19	R\$ 1.095,00

Página 1 de 8

			laminado brilho, impressão 4x0 layout, a definir, Medindo 328 X 510MM			
3	1000	UND	Impressão tipo catálogo/cartilha, em papel couchê brilho, gramatura 150g, medindo em formato fechado 150x210mm, impressão capa e miolo: 4x4, acabamento com dobra ao meio e dois grampos, contendo até 16 páginas.	625181	R\$ 2,21	R\$ 2.210,00
4	10000	UND	Panfleto com impressão frente e verso, 4x4 cores, em papel couchê, medindo 14,8 x 21 cm, gramatura mínima de 90g, com layout a definir	625181	R\$ 0,38	R\$ 3.800,00
5	5000	UND	Folder confeccionado em papel couchê, gramatura de 115g, com 2 dobras, impressão 4x4, formato aberto medindo 297x210mm, layout a definir	630673	R\$ 0,50	R\$ 2.500,00
6	2000	UND	Cartaz A3 impresso em papel couchê, brilho, gramatura mínima de 115g, cores 4x0	483924	R\$ 3,90	R\$ 7.800,00
7	1000	UND	Envelopes saco em papel sulfite gramatura mínima de 90g, medindo 23x16,5 cm 4x0 cores, com layout a definir	311599	R\$ 0,80	R\$ 800,00
8	1000	UND	Envelope saco em papel sulfite gramatura mínima de 90g, medindo 24x34cm cm, 4x0 cores, com layout a definir	311599	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00

LOTE 2

1	100	UND	Impressão digital de alta qualidade, frente e verso, colorida, resolução mínima da impressão 600dpi, papel couchê gramatura mínima de 150g, com laminação fosca em cada página, grampeado, tamanho A4, com até 16 páginas de miolo, na capa e contracapa utilizar papel paraná ou similar, envelopado, encadernado em capa dura.	630992	41,80	4.180,00
---	-----	-----	--	--------	-------	----------

3. SUPORTE LEGAL

- 3.1. Realizado estudo das normativas de aquisição do objeto a ser licitado, verificou-se a viabilidade da contratação.
- 3.2. Baseadas na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 3.3. Instrução Normativa nº 002/2023 – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR
Dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- 3.4. Instrução Normativa nº 005/2023 – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR
Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras.
- 3.5. Instrução Normativa 006/2023 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 4.1. A Fundetec, em sua atuação voltada à promoção da inovação, empreendedorismo e difusão

tecnológica, necessita de materiais gráficos padronizados e de qualidade para divulgação de suas atividades junto à comunidade, empresas parceiras, instituições de ensino e órgãos públicos.

4.2. Os materiais impressos são um importante instrumento de comunicação institucional, auxiliando na divulgação de serviços, editais, programas e eventos, bem como no fortalecimento da identidade visual da Fundação.

4.3. A opção pelo Registro de Preços se justifica pela demanda contínua e variável ao longo do exercício, viabilizando contratações conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, de forma mais ágil e econômica.

4.4. Essa contratação busca:

4.4.1. Assegurar qualidade e padronização na reprodução das artes institucionais, mantendo a identidade visual da FUNDETEC e da Estação de Inovação Hub One.

4.4.2. Garantir prazos adequados para atender a eventos e demandas programadas, evitando contratações emergenciais.

4.4.3. Otimizar recursos, concentrando a execução dos serviços de impressão em um único contrato, com preços previamente definidos, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.4. Dar suporte operacional a eventos e ações institucionais, fortalecendo a visibilidade das iniciativas desenvolvidas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A contratação será via Registro de Preços por 12 meses:

5.2. Cabe a Fundetec confeccionar as artes visuais a serem impressas nos folders, flyers, cartazes, pastas e envelopes institucionais.

5.3. Identificada a demanda a Fundetec irá emitir ordem de empenho e o fiscal entrará em contato com a contratada para enviar a arte, metragens e locais a serem instalados e entregues os itens;

5.4. A entrega deverá ser feita aos cuidados dos gestores e fiscais do contrato mencionados em portaria própria da secretaria anexa aos autos deste processo. Dúvidas sobre a execução, deverão ser tratadas diretamente com os mesmos através do telefone (45) 3218-1220 ou (45)32181225 ou e-mail fundetec@fundetec.org.br

5.5. A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias para entrega e execução dos itens solicitados, contados da data de recebimento do empenho;

5.6. A Impressão com materiais e técnicas usuais do mercado, fornecendo um serviço de alta qualidade e atendendo as especificações descritas no item 2, subitem 2.8 deste termo.

5.7. As solicitações serão realizadas conforme necessidade da Fundação, sob demanda, com entrega no endereço da FUNDETEC, BR 277, km 573, trevo de acesso a São João do Oeste, área rural, ou Estação da Inovação Hub One, Avenida Brasil 8517 – Coqueiral Cascavel- Parana, ou em local designado pela Fundetec;

5.8. A contratada deverá zelar pela garantia de qualidade, resistência e fidelidade das cores, das artes enviadas para a confecção dos objetos.

- 5.9. Todo material deverá ser entregue em embalagens separadas e adequadas para proteger o conteúdo contra danos, rasuras, rugas e qualquer outro intemperie que desabone a qualidade do serviço prestado.
- 5.10. Em caso de erros, defeitos, falhas nas cores, ou qualquer outra avaria que comprometa a qualidade do serviço entregue, a Fundetec, pode no ato da entrega, devolver o objeto.
- Condições de execução**
- 5.11. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
- 5.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VII-B da IN nº01/2018-SEPLAG;
- 5.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 5.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

- 5.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 5.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 5.23. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 5.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- 5.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 6.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões justificadas abaixo:
 - 6.2.1.A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.
- 6.3. O presente processo deverá dar prioridade a microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na região metropolitana de Cascavel, pois, conforme disposto no Art. 35 da Lei Complementar 112, de 18 de junho de 2020: "deve-se dar prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, com o propósito e justificativa de:
 - 6.3.1.O desenvolvimento econômico que produz variação positiva da capacidade produtiva da economia medida por variáveis do produto interno bruto, aliadas as variações positivas relacionado com a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e mudanças da estrutura socioeconômica do Município, medidas pela melhora dos indicadores sociais listados ao índice de desenvolvimento humano."

- 6.3.2. Materializar uma política pública onde o poder de compra governamental seja utilizado para gerar renda, emprego e melhor distribuir as riquezas no Município;
- 6.3.3. Materializar as atividades finalísticas do Município e dar retorno ao cidadão - contribuinte, oportunizando prover o Poder Público com suas demandas sem exportar recursos locais, promovendo a sustentabilidade econômica e social;
- 6.3.4. Priorizar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente aumentando a competitividade delas contribuindo para que possam suportar a elevação na concorrência proporcionada principalmente pelo comércio eletrônico, que na maioria das vezes incrementa a chamada evasão de recursos locais.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

- 7.1. As quantidades foram estimadas prevendo utilização nos eventos e ações pré-definidas, com margem para eventuais atividades não programadas que demandem divulgação

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO / JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

- 8.1. A escolha da modalidade Pregão, está de acordo com Art. 28º da Lei 14.133/2021, Inciso I e Art. 29 da mesma, adotada sempre que objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado. E segue o rito procedimental comum a que se refere o Art. 7º desta Lei.
- 8.2. As pesquisas de mercado foram realizadas no Painel Nacional de Compras Públicas, anexamos atas dos demais entes federativos, indicando que essa solução é a usual de mercado, bem como considerando processos anteriores realizados por esta Fundação.
- 8.3. Optou-se pela modalidade Pregão em sua forma Eletrônica - Registro de Preços, julgamento MENOR VALOR POR LOTE. Empreitada por preço unitário.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1. Optou-se pelo **não parcelamento** do objeto licitado em razão da natureza integrada do serviço, que envolve fornecimento de diferentes tipos de materiais gráficos dentro de um mesmo escopo e com padrões de qualidade e prazos uniformes. A execução do lote 1, por mais de uma empresa poderia comprometer a padronização visual, gerar incompatibilidade técnica entre impressões e dificultar o controle de qualidade. O item do lote 2, conforme pesquisas de mercado, geralmente não são realizados pelas empresas dos lote 1.
- 9.2. Além disso, a contratação única traz benefícios como:
- 9.2.1. Padronização cromática e de acabamento entre todos os materiais, preservando a identidade visual da FUNDETEC e da Estação da Inovação Hub One;
- 9.2.2. Centralização logística, evitando múltiplas entregas e controles paralelos;
- 9.2.3. Otimização de prazos, garantindo que peças de um mesmo evento sejam produzidas e entregues conjuntamente;
- 9.2.4. Racionalização administrativa, reduzindo a quantidade de contratos, empenhos e processos de fiscalização.

- 9.3. Considera-se que a divisão em itens independentes poderia elevar os custos pela perda de escala de produção e pelo aumento da complexidade operacional, contrariando o princípio da economicidade previsto no art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
- 9.4. Por fim, ressalta-se que o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 prevê que o parcelamento é obrigatório apenas quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o que não se verifica no presente caso.

10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

- 10.1. A equipe de planejamento declara viável esta contratação, visto os objetos a serem licitados contribuirão para as atividades, eventos e demais ações promovidas pela Fundação, o que contribuirá para a divulgação e expansão da Fundação.

11. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

- 11.1. Os preços serão estimados conforme orientações da Instrução Normativa nº 002/2023 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão do Município de Cascavel-PR.
- 11.2. Os valores de referência foram obtidos por pesquisas realizadas no Painel Nacional de Compras Públicas, priorizando atas dos entes federativos.
- 11.3. Optamos pela mediana de valor dentre as memórias de cálculos realizadas, por estar mais compatível com o usual do mercado.
- 11.4. O valor estimado da contratação será de R\$ 28.460,00 (vinte e oito mil quatrocentos e sessenta reais).

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

- 12.1.1. A Fundetec dará Preferência para fornecedores que adotem práticas de gestão ambiental.
- 12.2 empresa contratada deverá promover:
- 12.2.1. Utilização de tintas ecologicamente corretas quando disponíveis;
- 12.2.2. A correta destinação dos resíduos gerados pela fabricação dos itens licitados a fim de evitar impactos ambientais
- 12.2.3. Aproveitamento otimizado de substratos para evitar desperdício;

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 13.1. A execução contratual será regida pela Ata de Registros de Preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas, segundo normas estabelecidas na Lei 14.133/2021.
- 13.2. Os fiscais e gestores serão indicados por portaria própria do município.
- 13.2.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do

Página 7 de 8


contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração

13.2.2 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).


13.2.3 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Cascavel, 27 de janeiro de 2026.

Responsável pelo Planejamento da Demanda:



Thayane Faccin
Agente Administrativo



Thiago Guerra
Presidente
Parque de Agroinovação Fundetec



GOVERNO MUNICIPAL
CASCADEL



ANEXO I-B – MAPA COMPARATIVO

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – 18.03/2023 – SEPLAG											
LOTE 1											
ITEM	QNT	UM	PRODUTO DESCRIÇÃO	CATMAT / CATSERV	PNCP PE 09/2025 Prefeitura de Cascavel-PR 76.208.867.0001 07	PNCP PE 33/2025 RP 9/2025 Prefeitura de Caseros - 90.483.058.0001 26	PNCP PP 4/2025 RP 2/2025 Prefeitura de Sumaré SP 04.739.541.0001 07	PNCP PE24/2025 Prefeitura de Luis Alves SC 83.102.319.0001 55	Grafica Positiva 04.008.938.001.09	Link e Pereira Encadernadora Ltda ME 95.375.986.0001.90	Valor unitário total com aplicação da mediana
1	2500	UND	Folha com braço e layout a definir, com lula interna, impressão 4x4 cor confeccionada em papel triplex 300g, medindo em formato aberto 46,8x33,7cm.	622651	R\$ 2,49	R\$ 1,30	R\$ 1,95				
2	500	UND	Cartão para processo, confeccionado em papel triplex 250g, com 2 a 3 páginas para grampos, laminação brilho, impressão 4x4 layout a definir.	630707	R\$ 2,19	R\$ 1,50	R\$ 5,30				
3	1000	UND	Impressão tipo catálogo/cartilha, em papel couchê brilho, gramatura 150g, medindo em formato fechado 150x210mm, impressão capa e miolo 4x4, arabamento com dobra ao meio e dois grampos, contendo até 16 páginas	625181	R\$ 1,12	R\$ 3,00	R\$ 6,58				
4	10000	UND	Papelito com impressão frente e verso, 4x4 cores, em papel couchê, medindo 14,3 x 21 cm, gramatura mínima de 90g, com layout a definir	625181	R\$ 0,48	R\$ 0,38	R\$ 0,64				
5	5000	UND	Folheto confeccionado em papel couchê, gramatura de 115g, com 2 dobradas, impressão 4x4, formato aberto medindo 297x210mm, layout a definir	640673							
6	2000	UND	Cartão A3 impresso em papel couchê, brilho, gramatura mínima de 115g, cores 4x4	483924	R\$ 3,99	R\$ 0,50	R\$ 0,82				
7	1000	UND	Impressão tipo cartão em papel sulfite gramatura mínima de 90g, medindo 23x16,5 cm 4x4 cores, com layout a definir	311599	R\$ 1,35	R\$ 0,23					
8	1000	UND	Envelope tipo em papel sulfite gramatura mínima de 90g, medindo 24x34cm cm, 4x4 cores, com layout a definir	311599	R\$ 1,99	R\$ 1,20					
LOTE 2											
1	100	UND	Impressão digital de alta qualidade, frente e verso, colorida, resolução mínima de 600dpi, papel couchê gramatura mínima de 150g, com laminação fosca em cada página, grampeado, tamanho A4, com até 16 páginas de miolo, na capa e contracapa utilizar papel barata ou similar, envelado, encadernado em capa dura	640673							
Justificativa para a exclusão da metodologia e reconsideração de valores, quando aplicável				Obteve-se pela mediana conforme preconiza a Lei 14.133/2021.							
Cascavel, 27/01/2026											
Márcia Faccin Mantida 25 259 1				Márcia Faccin Presidente do Parque de Agroinovação Fundetec							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							
				R\$ 1,38 R\$ 0,95 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20 R\$ 1,20							

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026

O PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, constituída nos termos da Lei Municipal nº. 2.362/1993, de 15/04/1993, alterada pela Lei Municipal nº. 2.363/1993, de 22/04/1993 e posteriormente alterada pela Lei Municipal nº. 3.460/2002, de 18/06/2002, inscrita no CNPJ/MF nº. 72.229.982/0001-07, e no Cadastro Estadual sendo isenta, com sede à BR 277, Km 573, Trevo para São João do Oeste, Cascavel – PR, CEP 85.818-560, neste ato devidamente representada pelo Presidente, Sr. Thiago Guerra, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº /2026, processo administrativo n.º /2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos de impressão e confecção de materiais institucionais, destinados à divulgação de projetos, programas, eventos e ações realizadas pela Fundetec**, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 05/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca	Und.	Qtd.	Valor Unt.	Valor Total

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o PARQUE DE AGROINOVAÇÃO FUNDETEC.

3.2 Fica estabelecido como Gestor desta ATA, o Sr. Marcio Filipe Grando, matrícula n.º 24.794-1. Como Fiscal Técnico, o Sr. Phelipe Anselmo, matrícula n.º 40.085-1. E como Fiscal adm., a Sra. Aline Lilian Conti, matrícula n.º 22.043-1. Ambos lotados na FUNDETEC.

3.3 Além do gerenciador, não há outros órgãos e/ou entidades públicas participantes do registro de preços:

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e publicação no Diário Oficial do Município de Cascavel, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, **5 dias úteis**, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Fundetec.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem

a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Fundetec sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1 Por razão de interesse público;

8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9 DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10 CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cascavel, ____ de _____ de 2026.

Thiago Guerra
PRESIDENTE FUNDETEC

DETENTORA